

Usucapião Extrajudicial

B

ÍNDICE

Índice	11
Índice	11
Introdução	19
1. Capítulo I – Panorama Atual da Crise Judiciária	23
1.1. Considerações gerais	24
1.2. Direito de acesso à jurisdição	37
1.3. Celeridade e segurança	46
1.4. Efetividade e eficiência do processo	57
2. Capítulo II – Desjudicialização	65
2.1. Lineamentos preliminares	66
2.1.1. Autotutela	71
2.1.1.1. Breve esboço histórico	71
2.1.1.2. Linhas gerais da autotutela	75
2.1.2. Autotutela unilateral	77
2.1.3. Autotutela consensual	88
2.1.3.1. Modelos alternativos para a prevenção e solução de conflitos	91
2.1.3.1.1. Mediação	95
2.1.3.1.2. Conciliação	100
2.1.4. A tutela da administração pública de interesses públicos e privados	104
3. Capítulo III – Da Usucapião Extrajudicial	111
3.1. Breve esboço histórico da usucapião	112

3.1.1. A evolução da usucapião no direito brasileiro	117
3.2. Linhas gerais da usucapião.....	123
3.3. Modalidades previstas no ordenamento jurídico brasileiro	133
3.3.1. Usucapião extraordinária.....	133
3.3.2. Usucapião ordinária.....	136
3.3.2.1. Usucapião <i>secundum tabulas</i>	143
3.3.3. Usucapião especial rural.....	145
3.3.4. Usucapião indígena	147
3.3.5. Usucapião especial urbana	148
3.3.5.1. Usucapião coletiva urbana.....	150
3.3.5.2. Usucapião familiar.....	152
3.4. Conceituação e natureza jurídica da usucapião extrajudicial	153
3.5. Fundamentos constitucionais da usucapião extrajudicial.....	158
3.5.1. Princípio da acessibilidade à ordem jurídica justa.....	159
3.5.2. Princípio da legalidade	163
3.5.3. Princípio da segurança jurídica.....	168
3.5.4. Princípio da publicidade ampla.....	171
3.5.5. Princípio da função social da propriedade.....	175
3.6. A usucapião extrajudicial no direito comparado	178
3.6.1. Nótula introdutória	178
3.6.2. Portugal.....	179
3.6.3. Itália	190

3.6.4. Peru	194
3.6.5. Argentina.....	202
3.6.6. Chile.....	213
4. Capítulo IV – A Usucapião Extrajudicial no Código de Processo Civil de 2015	221
4.1. Aspectos gerais introdutórios	222
4.2. Gênese da usucapião extrajudicial concebida pelo novo Código de Processo Civil.....	223
4.2.1. Modalidades na esfera administrativa	224
4.2.1.1. A usucapião administrativa da Lei n. 11.977/2009.....	224
4.2.1.2. Processo administrativo de retificação bilateral de registro de área..	234
4.2.1.3. Processo administrativo de demarcação de terrenos públicos..	239
4.2.1.4. Procedimentos administrativos dos inventários, partilhas, separações e divórcios amigáveis.....	241
4.2.1.4.1. Inventários extrajudiciais.....	245
4.2.1.4.2. Separações e divórcios extrajudiciais.....	248
4.2.1.4.3. Partilhas extrajudiciais	250
4.2.2. Processo judicial de usucapião	250
4.3. Estrutura do processo administrativo.....	255
4.3.1. Jurisdição administrativa	255
4.3.1.1. Notários e registradores.....	258
4.3.1.2. O juiz	271
4.3.1.3. Competência.....	272

4.3.3.18.Recorribilidade das decisões	343
4.3.3.19.Meios de ataque ao registro da usucapião extrajudicial	345
4.3.3.20.Deslocamento das causas pendentes para o registro de imóveis... 347	
4.3.3.21.Responsabilidade do oficial do registro de imóveis.....	347
5. Capítulo V – A Usucapião Extrajudicial como Negócio Jurídico Complexo.....	351
5.1. Lineamentos preliminares	352
5.2. Discordância e seus efeitos jurídicos	365
5.3. Deslocamento do processo para a via judicial	375
5.4. Prova do consentimento e oportunidade de exame	377
5.5. Efeitos colaterais.....	379
6. Capítulo VI – Questão da Inconstitucionalidade Parcial do Texto da Usucapião Extrajudicial.....	387
6.1. Inconstitucionalidade formal	388
6.2. Inconstitucionalidade material	390
6.3. Interpretação conforme a Constituição.....	393

7. Capítulo VII - Proposta de Alteração da Usucapião Extrajudicial	397
7.1. Ponto nuclear da proposta. Desobstrução da usucapião como negócio jurídico complexo forçado. Por um modelo que atenda à função social do processo, da propriedade e da garantia de acesso a uma ordem jurídica justa num Estado Democrático de Direito.....	398
7.2. Proposições ofertadas com vistas à melhoria do texto da usucapião extrajudicial.....	402
7.3. Proposta de alteração do texto da usucapião extrajudicial do PL n. 3.428/2015.....	410
8. Capítulo VIII - Expansão da Desjudicialização da Usucapião de Bens Imóveis para a Usucapião Mobiliária.....	417
8.1. Paradigma na legislação peruana	418
8.2. Paradigma em Portugal	419
8.3. Panorama no Brasil. Base ou não de sustentação da usucapião administrativa de bens móveis.....	420
Conclusão.....	423
Referências.....	427
Anexos	469